

NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: O PAPEL DA BIBLIOTECA E DO BIBLIOTECÁRIO NO CENÁRIO DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Magali Araújo Damasceno¹
Maria Teresa Pires Costa²

RESUMO

Este artigo aborda o tema educação inclusiva e a sua exigência também nas instituições de ensino superior como um processo de inclusão e respeito à diversidade no ambiente escolar. Relata as primeiras práticas de educação inclusiva e a sua chegada ao Brasil. Fala sobre os aspectos de inclusão na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, bem como ações voltadas para essa temática. Cita a criação de uma Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais – CAENE que mapeia as deficiências existentes na universidade a fim de atender a demanda desta instituição. Aponta a ampliação do Espaço Inclusivo na Biblioteca Central Zila Mamede – BCZM como um ambiente moderno para melhor atender as necessidades da comunidade acadêmica. Analisa o papel da biblioteca e do bibliotecário na inserção de alunos com necessidades especiais na universidade para que possam desenvolver habilidades e assim contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Biblioteca. Bibliotecário. UFRN. CAENE.

ABSTRACT

This article discusses inclusive education and its requirement also in institutions of higher education as a process of inclusion and respect for diversity in the school environment. Report the first practices in inclusive education and their arrival in Brazil. Talk about aspects of inclusion in the Federal University of Rio Grande do Norte - UFRN as well as actions for this theme. Cites the creation of a Standing Committee of Support for Students with Special Educational Needs - CAENE that maps existing weaknesses in the university to meet the demand of that institution. Points to the expansion of Inclusive Space in the Central Library Zila Mamede - BCZM as a modern environment to better meet the needs of the academic community. Examines the role of the library and the librarian in the insertion of special needs students at the university so they can develop skills and thus contribute to the development of society.

Key-words: Inclusive Education. Library. Librarian. UFRN. CAENE.

¹ Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN. Bibliotecária-Documentalista da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. e-mail: magdamasceno@gmail.com.

² Mestre, docente do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e docente do MBA em gestão Estratégica de Pessoas do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN. e-mail: teresapires.psi@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um assunto que vem recebendo destaque na sociedade devido aos fatores que envolvem a questão de pessoas especiais terem acesso à educação de ensino regular. Não somente por esse fator, mas por estar exigindo da Sociedade da Informação seu espaço, de direito, como qualquer cidadão através das reivindicações, como: adaptação de transporte público e automóvel particulares, tecnologias assistivas (softwares que permitem navegação na internet e leitura de textos), vagas exclusivas, rampas de acesso, dentre outros. Isso mostra a atuação da pessoa deficiente perante a sociedade em busca dos seus direitos.

Entretanto, nem sempre esse cenário foi assim. Durante séculos, as pessoas deficientes eram rejeitadas pela própria família, algumas viviam isoladas da sociedade e na maioria das vezes morria com agravos à saúde por não ter tido acesso a uma assistência adequada. Outro fator de destaque dentro da família era a falta de informação ou até mesmo de orientação na busca por uma assistência especial.

Diante de questionamentos e debates a respeito do assunto, a educação inclusiva no ensino regular começou a ser exigida nas escolas. Essa exigência se intensificou durante dois eventos internacionais que resultaram nos seguintes documentos: a Declaração de Jomtiem em 1990 na Tailândia e a Declaração de Salamanca na Espanha em 1994 na qual aprovaram o Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e a criação do documento que reafirma o compromisso de "Educação Para Todos".

No Brasil, as primeiras práticas surgiram com a criação de Leis e Planos voltados para tais questionamentos como a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, Plano Nacional de Educação, dentre outros.

Indo mais além, esta já é uma realidade também nas Instituições de Ensino Superior – IES do país. Entre elas está a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN em cujo quadro acadêmico há alunos com alguma deficiência ou necessidade especial.

Durante mais de uma década, a UFRN, enquanto ambiente inclusivo, através da CAENE vem promovendo ações que reduzam o preconceito e aumentem o conhecimento das pessoas frente as deficiências com o intuito de quebrar as

barreiras atitudinais e, conseqüentemente, promovam a inclusão social e educacional dos indivíduos especiais.

Dentre as ações, pode-se citar a ampliação do Espaço Inclusivo na BCZM, no Campus Central, como a criação do Laboratório de Acessibilidade para dar suporte aos estudantes por meio de tecnologias assistivas.

Nesta perspectiva, este estudo visa expor as ações desenvolvidas pela UFRN em conjunto com a CAENE e pretende responder aos seguintes questionamentos: qual o papel da biblioteca na inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino superior? Qual a contribuição do gestor da informação, o bibliotecário, nesse contexto de inclusão?

Como procedimentos metodológicos foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Para pesquisa bibliográfica foram selecionados livros e artigos científicos de bases indexadas que tratassem do tema inclusão, deficiência, necessidades especiais. Para a pesquisa documental foram elencados documentos institucionais da UFRN, bem como outros documentos emitidos pelo Ministério da Educação sobre a temática inclusão, além de legislação específica.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Mencionar o termo educação inclusiva implica refletir sobre a educação escolar, aquela carimbada como sendo a de base, de formação social do indivíduo. Mesmo sendo esta de grande importância ainda sofre com as consequências sociais. Estas que se fazem presentes no dia a dia das pessoas com necessidades especiais, como a falta de respeito, as barreiras atitudinais, dentre outras.

Algumas lutas e reivindicações vêm sendo discutidas pelas pessoas com algum tipo de necessidade, como rampas de acessibilidade para cadeirantes, automóveis particulares e transportes adaptados, educação especial nas escolas, até mesmo o avanço da tecnologia com o aparecimento das tecnologias assistivas, etc. Mesmo com as lutas, reivindicações e com o avanço da tecnologia de informação e comunicação e que ainda estão presentes no dia a dia da população mundial, é comum algum tipo de discriminação. Porém, não se justifica que pessoas com limitações sejam rotuladas como incapazes. Eles têm o mesmo direito das

peças tidas como normais, isto é, o direito de aprender, trabalhar e ter acesso à informação.

Afinal, o que significa educação inclusiva? O que é inclusão? Qual a relação da palavra inclusão com o ambiente escolar? Esses questionamentos são sempre levantados e despertam a indagação de respostas.

Conforme Mantoan (2003), o processo de inclusão implica uma transformação de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral e, conseqüentemente, na vida social.

Já para Booth (1999a, p.78 apud MITTLER, 2003, p.35): “É o processo de aumentar a participação dos aprendizes na escola e de reduzir a sua exclusão com relação ao currículo, à cultura, e às comunidades das instituições educacionais regulares existentes na vizinhança”.

De forma equivalente, Ainscow (1999, p.218 apud MITTLER, 2003, p.35):

A agenda da educação inclusiva refere-se à superação de barreiras, à participação que pode ser experienciada por quaisquer alunos. A tendência ainda é pensar em “política de inclusão” ou educação inclusiva como dizendo respeito aos alunos com deficiência e a outros caracterizados como tendo necessidades educacionais “especiais”.

“A educação inclusiva supõe que o objetivo da inclusão educacional seja eliminar a exclusão social, que é conseqüência de atitudes e respostas à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero e habilidade” (VITELLO; MITHAUG, 1998 apud FÁVERO et al, 2009, p. 11).

De acordo com as pesquisas realizadas em diferentes documentos, entende-se como educação inclusiva aquela voltada para a inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais à educação escolar, independente da diversidade, potencialidade e necessidade. A exclusão social vem como uma conseqüência da limitação dessas pessoas. Os objetivos são o relacionamento entre os indivíduos para sua formação social e o sucesso que os mesmos possam ter na educação em geral. Tal processo de inclusão é gradativo, nunca termina.

Do ponto de vista nacional, a educação inclusiva é aquela que garante a qualidade do ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e

respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades (BRASIL, 2004).

Com as discussões sobre a temática inclusão algumas nomenclaturas foram sendo acrescentadas ou substituídas por outras, chegando a serem interpretadas como ofensas pelas pessoas com alguma deficiência. Mesmo assim, algumas aqui mencionadas ainda fazem parte do vocabulário das pessoas como, por exemplo, “pessoa portadora de deficiência”. Essa expressão foi substituída por “pessoas portadoras de necessidades especiais” ou “portadoras de necessidades educacionais especiais”, quando se refere à escolarização. Embora essas expressões caracterizam o termo deficiência deve-se ter cuidado, porque nem sempre aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais são, necessariamente, alunos deficientes ou incapazes de aprender. Outro ponto a destacar é que a expressão portadores/portadoras não se utiliza mais como afirmam Ferreira e Guimarães (2003). Necessidades não se portam como objetos, sendo interpretada como uma ofensa pela pessoa deficiente. Desse modo, a expressão citada é inadequada a sua utilização.

2.1 Primeiras práticas de educação inclusiva

Antes de adentrar no assunto é importante mencionar Fávero et al (2009, p. 11): “O maior desafio do sistema escolar em todo o mundo é o da inclusão educacional”. Tal afirmação mostra que a compreensão e inserção da inclusão no sistema educacional e social das pessoas com alguma deficiência é gradativo, mesmo sendo desafiador a busca pelo reconhecimento dessas pessoas frente a sociedade.

No final dos anos 70 e no início dos anos 80, crianças com deficiência começaram a ser inseridas no ambiente escolar, passando a receber serviços educacionais nas escolas regulares. A partir desse período iniciava as primeiras práticas de inserção e questionamentos a respeito da educação inclusiva em escolas da Austrália, Canadá, Estados Unidos e em outros países.

O grande marco das discussões e reflexões a respeito das mudanças que deveriam ser adotadas para que se efetivasse a proposta de ensino inclusivo foi no início da década de 90 após a realização de dois eventos internacionais que

resultaram nos seguintes documentos: a Declaração de Jomtiem em 1990 na Tailândia e a Declaração de Salamanca na Espanha em 1994. Estes documentos resultaram na aprovação do Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e a criação do documento que reafirma o compromisso de "Educação Para Todos".

De acordo com Stainback e Stainback (1999, p. 40):

No final da década de 1980, intensificou-se a atenção à necessidade de educar os alunos com deficiência importante no ensino regular. Em 1988, uma resolução adotada pela Associação para Pessoas com Deficiência Graves, reivindicando a integração de educação especial e regular, aumentou o debate concernente a um sistema unificado de educação.

No Brasil, o tema passou a ganhar espaço a partir da década de 1980, de maneira tímida, depois da divulgação de dados que englobavam o fracasso, a evasão e repetência escolar e também com o aumento de demanda para criação de classes e escolas especiais (LOURENÇO, 2010).

Diante dessa divulgação alguns órgãos da sociedade e associações de pessoas com necessidades especiais reivindicaram para que incorporasse na Constituição Federal de 1988 os ideais da educação para todos e as políticas educacionais do país sofressem modificações. Com isso, no Brasil, ocorreram vários avanços significativos na legislação e na política educacional.

Segundo Lourenço (2010, p. 24):

Em 1996, a Lei de diretrizes e bases de Educação Nacional (LDBEN) reafirmou a educação como direito de todos, tanto para a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial) e educação superior.

Em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) que propõe o desenvolvimento de estratégias para elevar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualidade de ensino, dentre outros fatores. Já em 2003 e em 2006 foram aprovados os Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Assim, esses documentos aprovados reafirmam a educação como direito de todos e o LDBEN, o PNE e o PNEDH propõem metas para que o sistema escolar consiga atender aos grupos que até então vinham sendo excluídos.

Do ponto de vista político, educacional e filosófico, o direito a educação está assegurado pela legislação brasileira. A escola é vista como uma instituição voltada para a informação e formação e esta por sua vez poderia e deveria ser um espaço que preocupasse tornar os alunos mais humanos. Isso porque a educação se constrói a partir dos relacionamentos entre os indivíduos e as trocas mútuas de experiências, na qual favorecem ao desenvolvimento individual e a educação ocupa um papel de destaque na formação do cidadão.

Assim, percebeu que nos últimos anos foram aprovados no Brasil diversos programas educacionais e Leis com propostas voltadas para a educação inclusiva no país.

- Programa Educação Inclusiva: Direito a diversidade. Implementado em 2003 visando apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos através da promoção de um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros (BRASIL, 2003b apud LOURENÇO, 2010, p. 29).

Ferreira e Guimarães (2003, p. 42) mencionam que “[...] a educação processa-se e acontece no contato entre seres humanos, de maneira que as potencialidades, facilidades e dificuldades de cada um moldam a extensão e o grau de desenvolvimento psicossocial”.

Ainda Ferreira e Guimarães (2003, p.44):

Deve-se garantir a esses indivíduos apoio e incentivo para que sejam participantes e colaboradores na planificação e no bem-estar desse novo tipo de sociedade, porque o valor social da igualdade é consistente e pertinente com a prática do ensino de qualidade para todos.

Ela não se restringe apenas a educação de ensino regular, esta abrange também as Instituições de Ensino Superior – IES.

Com relação à garantia dos direitos à educação de ensino superior houve uma preocupação maior nesse contexto somente no final dos anos 90 e início do século XXI, sendo que o compromisso com a educação para todos tem sido expresso através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) pela formulação de políticas educacionais voltadas, principalmente, às pessoas com deficiência. É possível visualizá-las por meio de documentos que garantem o crescimento de números de estudantes com alguma deficiência neste nível de ensino.

Desse modo, as IES precisam estar preparadas para garantir e proporcionar condições adequadas às necessidades especiais de seus discentes visando garantir o sucesso acadêmico e social dos mesmos.

3 A INCLUSÃO NA UFRN E A CRIAÇÃO DA CAENE

As IES têm um importante papel na sociedade no qual são responsáveis pela promoção da cidadania, bem como tem o dever de oportunizar e incentivar a educação para todos (PACHECO; COSTAS, 2006 apud FERREIRA, 2007, p.44). À elas convém atender aos mais diversificados tipos de alunato, seja aquele tido como “pessoa normal” ou àquele com alguma deficiência ou limitação.

A educação inclusiva na UFRN começou a ganhar força em meados de 2000 com o objetivo de criar uma política educacional voltada para as pessoas com algum tipo de atenção especial.

Na UFRN (2004, p. 14): “A educação inclusiva na UFRN [...] corresponde à opção por uma política acadêmica contextualizada e o suporte para a operacionalização dos princípios que fundamentam a aceitação das diferenças humanas como o sentido da unidade da ação educativa”.

A UFRN desde 2000 vem empenhando ações que possibilitem o acesso e a permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais à instituição. Ela vem buscando também construir um modelo de política educacional inclusiva que respeite a diversidade e atenda às necessidades educacionais especiais dos estudantes que demandarem de apoios específicos em sua formação acadêmica.

É possível visualizar através da cronologia anual as ações desempenhadas pela UFRN: Em 2000, surge uma parceria da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD com a Comissão Permanente do Vestibular – COMPERVE que atenderam as prerrogativas da Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999 do MEC, estabelecendo mecanismos para atender às necessidades das pessoas com deficiência, candidatos ao ingresso à UFRN, no que diz respeito ao processo seletivo do vestibular.

Em 2002, faz-se necessário destacar algumas ações tais como a Reitoria institui a Portaria nº 123/02-R, de 01 de março de 2002 criando comissão para apresentar uma proposta de diretrizes gerais para implementação de uma política

acadêmica de atendimento ao estudante com necessidades especiais, bem como para apresentar sugestões específicas para atendimento acadêmico ao estudante com deficiência visual; Firmada a parceria da UFRN com o Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte – IERC/RN; Criação do espaço Inclusivo na Biblioteca Central Zila Mamede, no Campus Central.

Já em 2003 foi publicado um livro pela Editora da UFRN sob a temática “Educação Inclusiva: uma visão diferente”, com versão impressa em convencional e em Braille.

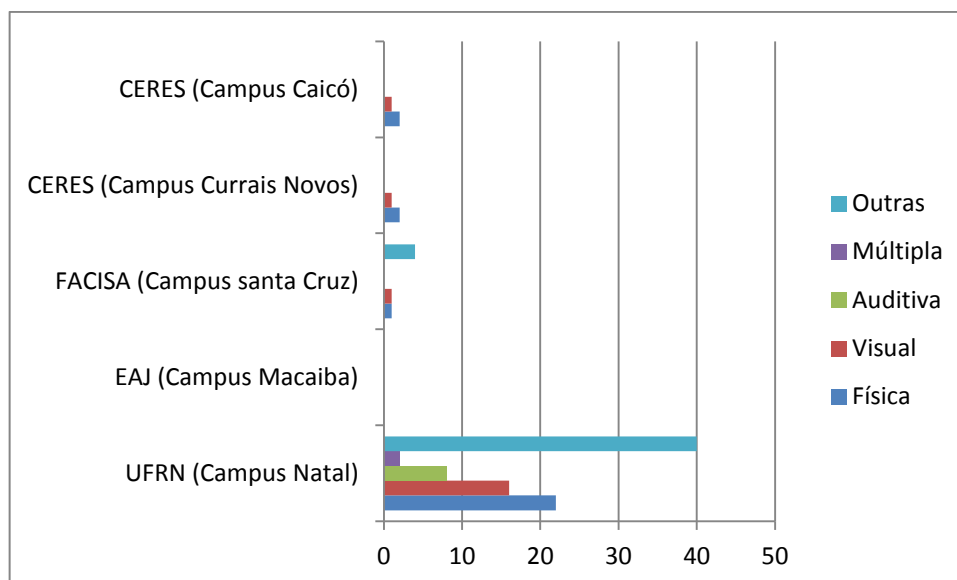
Nos anos de 2004, 2006 e 2008 aconteceram a realização do I, II e III Seminário Nacional sobre Educação e Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Especiais com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

Em 2009, a Reitoria institui a Portaria nº 1307/09-R, de 23 de outubro de 2009, criando comissão com a finalidade de elaborar proposta de inclusão de alunos com deficiência na UFRN.

Em 2010, a reitoria institui a Portaria nº 203/10-R, de 15 de março de 2010, criando a Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais – CAENE, vinculada ao Gabinete do Reitor e a implantação do Setor da CAENE no prédio da Reitoria; Contratação de 16 bolsistas de apoio técnico do curso de arquitetura para mapeamento e diagnóstico das condições de acessibilidade da UFRN; Aprovação da Resolução nº 193/2010 – CONSEPE, de 21 de setembro de 2010, que dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFRN (UFRN, 2011).

Com a criação da CAENE mais ações foram desenvolvidas em prol da inclusão de pessoas com necessidades especiais à UFRN, como a promoção de cursos de aperfeiçoamento e capacitação para o corpo docente e técnico-administrativo da instituição, bem como palestras, seminários, participação em congressos, parcerias, dentre outras. O seu papel é buscar eliminar toda e qualquer forma de barreira seja ela pedagógica, ambiental, atitudinal, comunicacional, entre outras, garantindo as condições mínimas de acessibilidade, de tecnologias apropriadas e de recursos humanos qualificados.

No ano de 2011, a CAENE realizou o mapeamento dos possíveis casos de necessidades educacionais especiais na UFRN e concluiu um total de 100 (cem) casos registrados. O gráfico a seguir ilustra as informações.



Com base nas informações do gráfico é possível inferir que a maioria das necessidades especiais se encontra no Campus de Natal, num total de 88 (oitenta e oito) e que abrange todos os casos (física, visual, auditiva, múltipla e outras – estas incluem os casos de acompanhamento psíquicos e de distúrbios). O Campus de Santa Cruz possui 6 (seis) casos de necessidades, seguido dos Campus de Currais Novos e Caicó com 3 (três) casos registrados cada. O Campus de Macaíba não teve casos registrados.

Assim, percebeu-se que a maior concentração de casos com necessidades educacionais especiais se encontra na capital, isto é, no Campus de Natal no qual corresponde a mais de 85% dos casos registrados. Os outros 15% corresponde aos demais que se encontram no interior do Estado, onde a UFRN possui campus avançado, como FACISA – Santa Cruz, CERES – Currais Novos e Caicó.

A CAENE de posse desses dados realiza estudos que possam viabilizar o acesso à informação, a locomoção ou a qualquer outra barreira que dificulte o aprendizado e a permanência do aluno na UFRN. A comissão realiza visitas às unidades para verificar como o atendimento está sendo realizado, se a necessidade daquele aluno está sendo atendida e qual o grau de satisfação do aluno cadastrado, ou seja, faz o acompanhamento daquele aluno cadastrado durante toda a sua trajetória acadêmica na instituição.

3.1 Criação e ampliação do “Espaço Inclusivo” na BCZM

A UFRN com o propósito de construir um ambiente inclusivo paralelamente com as mudanças físicas e nos serviços de apoio criou um ambiente destinado para apoiar e atender a sua comunidade, um público específico, os estudantes com necessidades educacionais especiais visando oferecer condições apropriadas de estudo, formas de acesso ao conhecimento, além da busca pela permanência e conclusão dos mesmos na universidade. Este espaço inclusivo foi criado em 2002, funcionava na Seção de Informação e Referência – SIR, na BCZM que foi escolhida devido a sua localização e fácil acessibilidade.

De acordo com Garcia, Andrade e Silva (2010, p.3):

[...] A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) iniciou um programa de atendimento educacional a estudantes com deficiência a partir de 2002. Criou-se nesse mesmo ano, na Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), um espaço denominado “Biblioteca Inclusiva”, na Seção de Informação e Referência (SIR). [...] esse espaço passou a ser denominado “Espaço Inclusivo”.

Esse espaço de inclusão passou a dividir o ambiente com a SIR. Esta por sua vez oferece serviços de atendimento ao público e, conseqüentemente, o fluxo de pessoas na sala é constante. Isso é um agravante, tendo em vista que atrapalhava a concentração das pessoas que utilizam o espaço inclusivo.

No ano de 2010 com a criação da CAENE foi ampliado o espaço de inclusão na SIR, uma parceria entre a CAENE e a BCZM. Com a construção do anexo da biblioteca, o espaço inclusivo ganhou um moderno e amplo espaço, o Laboratório de Acessibilidade com uma estrutura de pessoal e tecnologia apropriada. O objetivo do laboratório é democratizar e garantir o direito de acesso à informação, contribuindo para melhoria no desempenho das atividades acadêmicas de pessoas com deficiência visual total e de baixa visão.

As atividades desenvolvidas no laboratório visam à produção e o desenvolvimento do acervo com a colaboração de um grupo de bibliotecários da BCZM e bolsistas de apoio técnico para atender a demanda da universidade, além disso, disponibiliza gratuitamente os seguintes serviços: digitalização de textos (conforme Lei 9.610 de Direitos Autorais); transcrição e impressão de documentos para o Braille; acompanhamento das atividades e mobilidade (trabalho de campo, mobilidade na Biblioteca); orientação em questões burocráticas (preenchimento de

ficha de matrículas, formulários, entre outros); orientação à pesquisa bibliográfica e digital e agendamento de visita guiada ao laboratório.

O laboratório dispõe de 12 (doze) softwares com a finalidade de atender ao público com deficiência visual, tais como: JAWS, DOSVOX, NVDA, dentre outros; 16 (dezesesseis) equipamentos como: lupa eletrônica, teclado em Braille, scanner, impressoras, etc e alguns acessórios: lupas manuais, lupa de régua, jogos táteis, globo terrestre tátil, ferramentas de apoio pedagógico (punção, reglete, cerretilha, sorobã, régua adaptada, aranha Mola, extensores de punho, switch mouse), dentre outros.

Com todo esse aparato tecnológico disponível no ambiente da biblioteca, seguido do serviço oferecido a comunidade específica e a colaboração de bibliotecários nessa empreitada, surge um questionamento: Qual o papel da biblioteca e do bibliotecário na inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino superior? O tópico a seguir abordará essa temática.

4 PAPEL DA BIBLIOTECA E DO BIBLIOTECÁRIO NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR

Falar em diversidade humana nos faz observar que as pessoas possuem habilidades diferentes e algumas delas necessitam de condições especiais para desenvolver determinadas atividades.

Já a inclusão implica pensar em uma inovação não somente em educação escolar, mas principalmente nos profissionais envolvidos nesse contexto, como bibliotecários, pedagogos, docentes, dentre outros.

Carvalho, Almeida e Melo (2006, p.187, grifo nosso) corrobora quando menciona que:

Em consonância com a política nacional de inclusão educacional, a qual tem por objetivo **buscar consolidar a efetivação da transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos**, institui-se, também, como uma de suas diretrizes, a **importância do processo de formação continuada de professores e demais profissionais vinculados à educação**, envolvidos na busca pela construção de um caminho em direção a escolas realmente inclusivas, fundadas no princípio da Educação Para Todos, tornando-se efetivas a partir da perspectiva de uma pedagogia de acolhimento, apoio e centralização na criança.

Partindo desse pressuposto, a biblioteca e o bibliotecário possuem papel importante no processo de inclusão, uma vez que a primeira é a ponte de informação e conhecimento para as pessoas especiais, já a segunda é o intermediador nesse processo.

Complementando, Pinheiro (2004, p.4):

[...] é necessário enfatizar que as Unidades de Informação devem atingir a todas as categorias da população e suas necessidades, oferecendo informações, conhecimento, atendendo as demandas dos usuários e proporcionando a todos o livre acesso aos registros do conhecimento.

O advento das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's possibilitou condições necessárias para que as pessoas com deficiência pudessem contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Com isso, a presença da biblioteca e do bibliotecário no suporte de inclusão é fundamental.

Ao se fazer um resgate histórico é possível observar a evolução da qualidade da informação e a disseminação do conhecimento para as pessoas, principalmente para aquelas com alguma deficiência. No deficiente visual, por exemplo, o código Braille é um instrumento essencial para a alfabetização de pessoas com essa deficiência e com o avanço das tecnologias esse cenário modificou. Criaram-se softwares e hardwares (tecnologias assistivas) que possibilitassem a participação das pessoas deficientes no contexto sócio-educacional. Essas tecnologias assistivas são recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover à independência, qualidade de vida e inclusão delas.

Para Mazzoni et al (2001, p.30):

Os anos 90, com a disseminação do uso da rede Internet, trouxeram às pessoas portadoras de deficiências novas possibilidades e expectativas em termos de estudo, trabalho e lazer, assim como um avanço muito grande na tecnologia assistiva associada à informática, tais como sintetizadores de voz, reconhecimento de fala, lupas eletrônicas, linhas Braille, simuladores de *mouses* e teclados com controle sensíveis a ações voluntárias tais como sopro, pressão, movimento da cabeça etc., de forma tal que hoje se pode dizer que as limitações quanto ao acesso às informações e ao conhecimento a que uma pessoa está sujeita estão inversamente associadas à tecnologia que é colocada à sua disposição: quanto mais completa for essa tecnologia, menores serão as suas limitações.

Por outro lado há dificuldades que fazem com que as pessoas especiais não busquem esse apoio da biblioteca e de bibliotecários devido aos fatores que ocasionam a criação de barreiras de proximidades, como por exemplo: barreira arquitetônica, dificuldade de compreensão, falta de preparo e capacitação dos profissionais, falta de tecnologias de ponta adequadas, dificuldade de integração, dentre outros.

Cabe a gestão da biblioteca fazer o mapeamento dessas dificuldades para propor mudanças e readequar o ambiente e os serviços de acordo com a demanda. Para isso é necessário elaborar um planejamento que trace todas as metas a serem cumpridas e que haja acompanhamento e avaliação das etapas durante a execução, para fazer as correções adequadas e reajustando-as conforme a necessidade. Com isso é possível oferecer serviços personalizados e ambiente adequados com a necessidade da população acadêmica.

Assim, acredita-se que a missão da biblioteca seja cumprir seu papel social de forma dinâmica voltada para as necessidades e interesses da população, contribuindo para a solução de problemas sociais e o do bibliotecário como agente influenciador e apoiador dessa causa social e cultural (PINHEIRO, 2004).

Diante disso, o ambiente da biblioteca deve estar preparado fisicamente para receber e acolher sua população e o profissional bibliotecário deve possuir habilidades e desenvolver estratégias para atender a demanda desse público específico. Assim, dentro do universo de informação e conhecimento é possível propor mecanismos para inserção de pessoas especiais no ensino superior permitindo seu crescimento intelectual e cultural a partir de oportunidades de acesso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que ao longo das pesquisas, a educação inclusiva ainda é vista como um dos maiores desafios do sistema educacional. No Brasil, por exemplo, com a criação de leis e programas voltados para essa temática vem se tornando uma prática constante de debates nas escolas e instituições de ensino superior para que as pessoas com necessidades educacionais possam ter os mesmos direitos perante a sociedade, isto é, a educação como sendo um direito de todos.

Observou-se que a prática de educação inclusiva já é uma realidade nas instituições de ensino superior como é o caso da UFRN. Esta que desde 2000 vem desenvolvendo estratégias para conseguir atender da melhor maneira possível a demanda de seus estudantes de acordo com as suas necessidades. Junto com a CAENE vem buscando mecanismos para proporcionar o suporte educacional necessário, bem como prestando apoio informacional para que os mesmos não se evadam da universidade.

O apoio informacional vem sendo oferecido pelo Laboratório de Acessibilidade desde a ampliação e modernização do Espaço Inclusivo localizado na BCZM. A importância de se criar um ambiente inclusivo destinado para apoiar e atender a um público específico favorece o crescimento institucional no que tangem aos serviços oferecidos, e intelectual por parte dos estudantes quanto ao acesso a informação.

Tanto a biblioteca quanto o bibliotecário possuem papel importante na inclusão e permanência de pessoas especiais no ensino superior, por serem o suporte físico e intelectual necessários para atender a demanda desse público. A biblioteca é o ambiente promissor para a execução dessa causa na prestação de serviços personalizados e o bibliotecário o agente influenciador e intermediador nesse processo de inclusão.

O Espaço Inclusivo precisa de parceiros para se manter ativo, principalmente, do apoio da biblioteca e do bibliotecário. O primeiro dispendo de condições físicas mínimas consideradas favoráveis para a sua finalidade; o outro como um profissional preparado e qualificado para atender ao público específico. Juntos eles podem proporcionar caminhos de busca e acesso a informação e aos registros do conhecimento para as pessoas com necessidades educacionais especiais e incluí-las socialmente a partir das oportunidades de acesso ao aprendizado intelectual. Com isso é possível oferecer serviços personalizados e ambientes adequados com a necessidade da população acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação inclusiva: a escola**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2004. (Série Educação Inclusiva, v.3). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

CARVALHO, Fabíola Rezende de; ALMEIDA, Heloíza Helena Simões Barbosa de; MELO, Luciana Januzzi de. Espaço Aberto à Inclusão: uma experiência do Centro de Referência e Apoio à Educação Inclusiva – Rafael Veneroso – CRAEI-RV. In: Roth, Berenice Weissheimer (Org.). **Experiências educacionais inclusivas – Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; Secretaria de Educação Especial, 2006. p. 187-191.

FÁVERO, Osmar et al. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, Solange Leme. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.13, n.1, p. 43-60, jan.-abr. 2007.

GARCIA, Camila Cristina T.; ANDRADE, Ronney Soares de; SILVA, Luzia Guacira dos S. Espaço inclusivo na BCZM: a quem serve? In.: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 16., 2010. Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2010. p. 1-8.

LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva**. Belo Horizonte, MG: Autêntica; ouro Preto, MG: UFOP, 2010. (Série Cadernos da Diversidade).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. **Rev. Educação**. Porto Alegre: PUCRS, v. 26, n. 49, p. 127-135, mar. 2003.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade de bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0100-19652001000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 jan. 2012.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PINHEIRO, Daniele da Silva. O bibliotecário e o atendimento aos usuários com necessidades especiais em unidades de informação. **Revista de Iniciação Científica da FFC**. São Paulo, v.4, n.3, p. 1-7, 2004. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/95/96>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Comissão permanente de apoio a estudantes com necessidades educacionais especiais**. Disponível em: <<http://www.caene.ufrn.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. **Educação Inclusiva**: uma visão diferente. 2. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2004. (Coleção Pedagógica, n.5).